

# NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 04/Nov



cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3287 - Ano 2024



## CNTV: Sempre na Luta pelos Trabalhadores!



Professor Luizinho e Assessoria da Chefia de Assuntos Parlamentares e Federativos do Ministério do Trabalho e Emprego, dirigentes da CNTV (Deputado Distrital Chico Vigilante e Florismar Vilarindo) e assessora Jacqueline Barbosa

Na última quinta-feira, dia 31 de outubro, estivemos no Ministério do Trabalho e Emprego, reunidos com a Assessoria de Assuntos Parlamentares e Federativos para buscarmos pessoalmente a boa notícia do retorno do Registro Sindical da CNTV.

Temos orgulho em afirmar que, mesmo sem o requisito formal do registro sindical pleno, nossa Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) jamais abandonou seus filiados e nunca deixou de lutar pelos direitos dos trabalhadores. Estivemos sempre presentes em todos os debates e conquistas, tanto dos vigilantes quanto dos demais trabalhadores

brasileiros, representando com firmeza suas demandas e interesses e nunca nos rendendo a interesses patronais.

Essa trajetória de compromisso ficou mais uma vez marcada com a aprovação do Estatuto dos Vigilantes, um marco para a segurança privada no Brasil. Fomos a única entidade representativa da segurança privada presente no ato de sanção do projeto de lei, por convite do Presidente Lula. Este reconhecimento reforça nosso papel de liderança e nossa dedicação a cada passo dessa conquista.

FONTE: CNTV

# BOLETIM SINDVIGILANTES/AL



INFORMATIVO DO SINDICATO DOS VIGILANTES DE ALAGOAS

Edição nº 14 - Novembro de 2024 - @sindvigilantesal - (82) 98112-8218

## SINDICATO REALIZA ASSEMBLEIA GERAL EM ARAPIRACA PARA DISCUTIR CAMPANHA SALARIAL 2025



Nos dias 31 de outubro e 1º de novembro, a diretoria do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas se reuniu com trabalhadores do município de Arapiraca para discutir sobre a Campanha Salarial 2025. As assembleias gerais contaram com a presença de profissionais das áreas de Vigilância Patrimonial e do Transporte de Valores, visando fortalecer a mobilização dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e remuneração no próximo ano.

O primeiro encontro foi realizado na quinta-feira (31), na Sub Sede do Sindicato em Arapiraca, que é coordenado pelo diretor regional Jazon Torres, onde vigilantes patrimoniais se reuniram com a diretoria para discutir as demandas prioritárias da categoria. Já na manhã desta sexta-feira (1º), a diretoria do sindicato esteve em frente à sede da empresa Prosegur, também em Arapiraca, para dialogar com os trabalhadores do setor de Transporte de Valores.

A presidenta do sindicato, Mônica Lopes, ressaltou que as assembleias foram fundamentais para ouvir as reivindicações da base e construir uma pauta que contemple as demandas dos diferentes setores da vigilância.

"Nosso objetivo é que os trabalhadores sejam devidamente valorizados e reconhecidos, tanto em termos salariais quanto nas condições de trabalho. Estamos buscando uma campanha salarial que garanta um aumento real nos vencimentos e também melhorias nos benefícios", afirmou Mônica Lopes.



# Solidariedade e Justiça: Um Natal de Esperança com o Sindvigilantes/BA

**ATENÇÃO, COLEGAS VIGILANTES!**



**URGENTE**

**ATENÇÃO VIGILANTES**

**"Valorização e Solidariedade: Um Natal com Justiça e Dignidade para os Vigilantes"**

**Neste Natal, o Sindvigilantes/BA garante seu compromisso com você! Estamos liberando créditos de ações trabalhistas para proporcionar um fim de ano mais justo e tranquilo. Confira nossos canais para saber se você tem valores a receber e prepare-se para uma ceia digna!**

Com o final do ano se aproximando, o Sindvigilantes/BA reforça seu compromisso e responsabilidade social para com todos os vigilantes. Estamos acelerando a liberação de créditos dos processos trabalhistas sob nossa tutela para garantir um fim de ano com mais conforto, comida na mesa e um Natal fraterno para você e sua família.

Assim, neste Natal, o valor que você, colega vigilante, pode receber — por menor que seja — permitirá uma ceia mais tranquila, graças às ações promovidas pelo nosso sindicato contra as empresas desleais.

Nos próximos dias, fique de olho nas nossas redes sociais! Anunciaremos a lista dos colegas contemplados, e ao confirmar seu nome, basta nos contatar, apresentar a documentação necessária, receber o crédito e garantir sua cesta de Natal.

Essas conquistas são fruto do trabalho do Sindvigilantes/BA em nome de todos que lutam diariamente por um trabalho digno, contra empresas que ainda sonégam direitos trabalhistas e previdenciários.

fonte: [Sindvigilantes/BA - Sindicato de Verdade.](#)

# A valorização e respeito pelos trabalhadores de segurança privada no Brasil.



Audiência pública fechamento de agência. 10/10/2024

A Á todos e todas vocês, que atuam nas agências do Banco do Brasil Sabemos que essa empresa de segurança, contratada pelo banco, está dominando os contratos, o que levanta questionamentos sobre essa relação tão próxima e fraterna entre as partes.

Recentemente, por meio da deputada Érica Kokay, tivemos uma audiência pública em Brasília com a Caixa Econômica Federal para discutir a situação dos vigilantes terceirizados. Agora, estamos nos mobilizando para que a Deputada também chame uma audiência pública com o Banco do Brasil, para que possamos expor essa situação e lutar por condições de trabalho dignas.

Aqui na Bahia, estamos vendo uma gestão do banco que parece estar do lado dos patrões, oprimindo e desrespeitando os trabalhadores,

além de agir contra a representação sindical. Não podemos permitir essa falta de respeito!

Empresas de segurança atuando de forma descontrolada, pagando extras “por fora”, sonogando direitos previdenciários e trabalhistas... Esse cenário não é aceitável! Queremos que o Banco do Brasil se responsabilize e fiscalize essas condições de trabalho, para que nossa categoria seja respeitada e valorizada.

O presidente do Sindvigilantes Bahia, Paulo Brito, reforça nosso compromisso: “Estamos juntos com vocês, vigilantes, para denunciar essas irregularidades e lutar pelo respeito aos nossos direitos!”

Fonte: Sindvigilantes Bahia

# INFORME SINDMETROPOLITANO



## Processo de transição Banco do Brasil - lote 07

Os sindicatos dos vigilantes de Camaçari se reuniram com a empresa Interfot, que ganhou o contrato. Atualmente, quem presta o serviço de segurança patrimonial nas dependências do banco do Brasil é a empresa Security, até 12/12/2024. A direção deste sindicato, sabendo que existem vários problemas, convocou a empresa vencedora do certame para tratar do processo de transição do contrato do Banco do Brasil.

Fonte: SINDMETROPOLITANO

# Vai à sanção dispensa de reavaliação para aposentado por incapacidade permanente

**Contarato defendeu o projeto: “É inadmissível submeter pessoa com incapacidade permanente a perícia periódica”**

Jefferson Rudy/Agência Senado



O Plenário do Senado aprovou nesta quarta-feira (30) um projeto de lei que dispensa da reavaliação periódica os aposentados por incapacidade permanente, irreversível ou irrecuperável. De acordo com o PL 5.332/2023, segurados do Regime Geral de Previdência Social e beneficiários por prestação continuada afastados por incapacidade permanente (ou que tenham doença de Alzheimer, doença de Parkinson ou esclerose lateral amiotrófica) não precisarão passar por reavaliações periódicas. A matéria segue agora para a sanção da Presidência da República.

Apresentado em 2017 pelo então deputado Rôney Nemer (DF), o projeto foi relatado pelo senador Fabiano Contarato (PT-ES) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O texto modifica os Planos de Benefícios da Previdência Social (Lei 8.213, de 1991) e a organização da Assistência Social no Brasil (Lei 8.742, de 1993).

O projeto estabelece também que, nas

dispensas de reavaliação por quadros irrecuperáveis, o segurado poderá ser convocado em casos de suspeita de fraude ou erro. No caso de pessoas com HIV/aids em busca de aposentadoria por invalidez, o texto determina ainda a participação de pelo menos um especialista em infectologia na perícia médica, o que o relator considera “imprescindível para o adequado dimensionamento das limitações enfrentadas em cada caso concreto”. A lei já prevê a dispensa da reavaliação periódica para o aposentado com aids.

Para Contarato, o projeto tem um caráter humano e é uma forma de demonstrar empatia por quem enfrenta uma incapacidade permanente ou doenças graves e por suas famílias. Em Plenário, ele lembrou a dificuldade que é levar uma pessoa com doença permanente, às vezes acamada ou com dificuldade de locomoção, a uma avaliação. Na visão do senador, essa exigência burocrática é “nefasta e cruel”. A aprovação da matéria é uma forma de corrigir uma injustiça e uma maneira de o Congresso Nacional dar uma resposta a essas famílias, afirmou.

— Se coloque no lugar daquela família. Empatia é se colocar na dor do outro. É inadmissível submeter uma pessoa com incapacidade permanente a uma perícia periódica. Esse projeto corrige essa injustiça — declarou Contarato.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

# Guardas municipais armadas cresceram em 5 anos, enquanto efetivo das polícias encolheu

**Entre 2019 e 2023, o percentual de municípios nos quais a guarda municipal usa arma de fogo subiu de 22,4% para 30%. No mesmo período, o efetivo da Polícia Civil no Brasil registrou queda de 7,9%. Já o da Polícia Militar caiu 4,4%.**



**Guardas municipais vêm ampliando uso de arma de fogo e suas próprias atribuições**

Os dados são das Pesquisas de Informações Básicas Municipais (Munic) e Estaduais (Estadic), feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgadas nesta quarta-feira (30/10).

As pesquisas também revelaram que, nesses cinco anos, os municípios com até dez mil habitantes tiveram um aumento médio de 97% no uso de arma de fogo pelas guardas. Ou seja, em média, o número de guardas armados nessas cidades quase dobrou.

Em 2021, o Supremo Tribunal Federal autorizou o porte de arma para todas as guardas municipais do país (ADI 5.948, ADI 5.538 e ADC 38).

Até então, isso era restrito às capitais dos estados; aos municípios com mais de 500 mil habitantes; e aos municípios com população entre 50 e 500 mil, mas somente quando os guardas estivessem em serviço.

O estudo do IBGE também constatou uma ampliação do escopo das atividades e um

aumento no número de atribuições das guardas municipais.

Embora a principal função das guardas ainda seja a proteção de bens, equipamentos e prédios do município, o patrulhamento de vias públicas passou a ser a segunda atividade mais desenvolvida por elas (em 86,8% dos casos).

Em 2019, as atividades de segurança em eventos e comemorações (83%) e de auxílio à PM (80,1%) estavam à frente do patrulhamento ostensivo.

### **Atribuições em pauta**

As atribuições das guardas municipais têm se tornado tema recorrente de julgados no STF e também no Superior Tribunal de Justiça, em especial nos casos que tratam da validade de provas obtidas por esses agentes em casos de tráfico de drogas. O fenômeno se insere em um contexto de expansão das guardas ante o encolhimento das polícias.

Desde 2022, o STJ vinha estabelecendo uma série de limites à atuação das guardas. No entanto, conforme mostrou a revista eletrônica Consultor Jurídico, a Corte passou a revisar sua jurisprudência em função de uma tendência do STF de validar ações de policiamento ostensivo pelos guardas.

No começo do mês, a 1ª Turma do Supremo considerou, por maioria, válidas as provas obtidas por guardas municipais em uma busca domiciliar. No caso, o acusado teria dispensado entorpecentes embalados ao avistar os agentes municipais, que, posteriormente, foram à residência do suspeito e encontraram o material ilícito.

Ainda na ocasião, o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, votou para cassar um acórdão da 5ª Turma do STJ que absolvía o

acusado. Para ele, a guarda atuou legalmente ao efetuar a prisão em flagrante, uma vez que o tráfico de entorpecentes é crime permanente e, portanto, aquele que o comete continua em estado de flagrância.

Em junho de 2022, no entanto, também em decisão da 1ª Turma, o STF optou por restabelecer acórdão do TJ-SP que absolveu um acusado de tráfico. Ele havia sido preso em flagrante por guardas municipais.

### **Jurisprudência do STF**

No período entre as duas decisões divergentes, em 2023, o Plenário do STF decidiu que as guardas municipais integram o Sistema de Segurança Pública (Susp).

Para o ministro Luiz Edson Fachin, o reconhecimento das guardas como integrantes do Susp não as autorizou a exceder sua competência. Este também foi o entendimento de especialistas entrevistados pela ConJur.

Já em decisão monocrática mais recente, o ministro Flávio Dino entendeu ter sido legal a busca pessoal feita pela guarda contra um suspeito de roubo, por haver fundadas razões para isso.

Na ocasião, o magistrado cassou acórdão da 6ª Turma do STJ que absolveu o suspeito ao ver ilegalidade na busca. Dino apontou “incongruência” da decisão do STJ com a decisão do Plenário do STF: “Teríamos um órgão de segurança pública de mãos atadas para atender aos cidadãos na justa concretização do direito fundamental à segurança.”

Fonte: José Higídio - revista Consultor Jurídico



# MJSP promove curso de aprimoramento para abordagens policiais antirracistas

**Capacitação promovida pela Senasp reúne 33 profissionais de segurança pública, que serão preparados para serem multiplicadores de noções de enfrentamento do racismo e de letramento racial em 23 unidades federativas**



A segunda edição do curso de formação de multiplicadores de polícia antirracista se iniciou nesta terça-feira (29) com a capacitação de 33 profissionais, entre policiais militares, policiais civis, peritos e representantes das secretarias de segurança pública de 23 unidades federativas. O objetivo é preparar agentes capazes de transformar a cultura organizacional e difundir princípios de direitos humanos e de consciência ética sobre a diversidade da sociedade brasileira para, assim contribuir para o enfrentamento da desigualdade racial no País.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) é a responsável pela capacitação, que segue até 8 de novembro. A primeira edição do curso, promovido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, em parceria com o Ministério da Igualdade Racial, ocorreu em 2023 e capacitou 37 agentes.

O curso é ministrado no Palácio da Justiça, em Brasília (DF), e conta com a participação de especialistas em combate ao racismo, letramento racial e sensibilização antirracista. Serão tratados aspectos legais da abordagem

policial em questões de raça, qualidade de vida, prática policial e relações raciais.

Os futuros multiplicadores também receberão noções de planejamento e metodologia de ensino para combinar aulas expositivas, discussões e atividades teóricas e práticas para promoverem a formação completa dos policiais.

De acordo com a diretora de Ensino e Pesquisa da Senasp, Michele dos Ramos, a violência afeta de maneira desproporcional as populações racializadas. “A cor da pele, muitas vezes, resulta em acesso desigual a uma série de direitos fundamentais, incluindo o direito à vida”, afirma. Contudo, segundo ela, há o entendimento de que políticas de segurança são fundamentais para transformar esse cenário. “Nesse processo, os profissionais da segurança pública têm um papel essencial na reversão dessas desigualdades”, defende Michele.

**FONTE: MJSP**

# MJSP defende adoção de câmeras corporais pela PM

**Tema foi debatido na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Estudos comprovam que uso do equipamento ajuda a reduzir violência**



Foto: Divulgação/Agência CLDF

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) defendeu a adoção de câmeras corporais pela Polícia Militar em debate na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF).

O secretário de Assuntos Legislativos, Marivaldo Pereira, afirmou que o uso dos equipamentos pode melhorar a qualidade da segurança pública, reduzir a violência e aumentar a transparência do serviço prestado à população. “É a política pública mais eficiente que nós temos hoje na área da segurança”, declarou.

O estudo Câmeras Corporais: Uma Revisão Documental e Bibliográfica, feito pelo MJSP

em parceria com o pesquisador Pedro Souza, comprovou que, nos países em que a tecnologia foi adotada, houve queda do número de mortes em operações policiais, redução da interação negativa nas abordagens e maior eficiência com o cumprimento dos protocolos treinados pelos agentes.

Outra situação relevante apontada a partir do uso de câmeras é referente à qualificação no atendimento a ocorrências de violência doméstica, com a maior possibilidade de obtenção de provas, reduzindo índices de crimes de gênero, como o feminicídio. Além disso, nos países da pesquisa, houve menos reclamações

em relação aos serviços de segurança pública.

“Não é algo para fiscalizar, simplesmente. Pelo contrário, as câmeras têm impacto direto na proteção do policial e na profissionalização do serviço de segurança pública”, disse Pereira.

O secretário de Assuntos Legislativos também destacou o possível impacto da tecnologia nas instruções processuais. Na opinião dele, o acesso do juiz às imagens durante as audiências de custódia poderá dar agilidade aos trâmites jurídicos, garantir a aplicação da lei e evitar prisões e condenações indevidas.

### Modelo arriscado

Pereira também alertou sobre os riscos da adoção do modelo de acionamento das câmeras pelo próprio policial, algo que vem sendo debatido em alguns estados para baratear os custos. Conforme ele, esse sistema tem uma “série de problemas” e, principalmente, coloca em risco a vida dos profissionais.

“Esse ponto é uma grande preocupação para o Ministério da Justiça e, por isso, editamos uma portaria padrão que determina a filmagem de todo policiamento ostensivo e preventivo”, declarou.

Ele antecipou que a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) está preparando uma ata nacional para comprar câmeras para as Polícias Militares estaduais. Pereira destacou, ainda,

que a Polícia Rodoviária Federal fez um estudo detalhado sobre o uso da ferramenta e está focada no desenvolvimento de tecnologias nacionais, sobretudo na questão do armazenamento das imagens.

O debate foi proposto pelo deputado Fábio Felix e contou com a participação do secretário-executivo de Gestão Integrada da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, Bilmar Angelis Ferreira; do chefe da Diretoria de Telemática da Polícia Militar do Distrito Federal, Cláudio Costa de Lima; e da gerente de Advocacy do Instituto Sou da Paz, Nathalie Drumond.

Clique para acessar O estudo Câmeras Corporais: Uma Revisão Documental e Bibliográfica: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/cameras-corporais/diagnostico-cameras-corporais.pdf>

Fonte: MJSP



Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

[www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br)

[cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)

(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF